

**ARTIGO**

**TRAÇOS DO PERFIL DO ASSENTAMENTO BOM JARDIM - BARREIROS PE**

Jaqueline Alves<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Professora da Educação Técnica e Tecnológica - Curso Técnico em Hospedagem IFPE Campus Barreiros; Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social; Especialista em Ecoturismo; Bacharel em Turismo Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Pernambuco - Campus – Barreiros. E-mail: [jaqueline.alves@barreiros.ifpe.edu.br](mailto:jaqueline.alves@barreiros.ifpe.edu.br)

**RESUMO**

O objetivo desse trabalho é apresentar os dados obtidos, a que chamamos de traço do perfil das famílias do assentamento Bom Jardim, da cidade de Barreiros, localizada na região denominada Mata Sul de Pernambuco. Sua história marcada pela dependência da monocultura da cana de açúcar, que resultou na existência de vários engenhos, e da Usina Central Barreiros (UCB) implantada no município em 1930 e sua falência em 1997, quando muitos engenhos foram transformados em assentamentos da reforma agrária. Esse trabalho é resultado do projeto de extensão PROEXT/IFPE EDITAL 01/2015 realizado em 2016 denominado: Ações para promoção do desenvolvimento local no Assentamento Bom Jardim, em Barreiros/PE, a partir da implantação de uma cooperativa solidária. Os dados apresentados trazem informações sobre trinta famílias que poderão orientar a implantação da cooperativa, sob aspectos do seu desenvolvimento institucional, sob a perspectiva solidária, além de gerar debates sobre o desenvolvimento rural sustentável da comunidade envolvida. Suscita-se a agroecologia, seus estudos e práticas, como estratégia, como mote para a continuidade de projetos de extensão no assentamento Bom Jardim.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Solidariedade; Agroecologia.

**INTRODUÇÃO**

Barreiros PE apresenta 14 assentamentos de reforma agrária (SOUSA, 2010), uma cidade litorânea, localizada na região denominada Mata sul. Sua história marcada pela monocultura da cana de açúcar, que resultou na existência de vários engenhos, e da Usina Central Barreiros (UCB) implantada no município em 1930, e durante mais de seis décadas foi considerada a maior geradora de empregos para a região. Sua decretação de "massa falida" pela justiça ocorreu em outubro de 1997 (ANDRADE, 2007).

A monocultura criou a dependência na região. Com a falência da Usina, muitos engenhos da região, foram transformados em assentamentos da reforma agrária. Entre eles, o assentamento denominado Bom Jardim, distante do centro da cidade, em torno de vinte quilômetros, nas proximidades dos Engenhos Carassu e Camarão. Muitas heranças ainda existem dos tempos de funcionamento da UCB, sendo inquestionável a necessidade de garantir o desenvolvimento a estes



## ARTIGO

assentamentos, que contrariam a grande propriedade a favor da pequena, de inchaço dos grandes centros a favor do desenvolvimento local. Não se trata de mera posse de terra para produção de subsistência, mas de possibilidade de desenvolvimento amplo, sob a luz de novas abordagens sobre o que vem a ser desenvolvimento.

AMARO (2004) aponta a associação entre desenvolvimento e crescimento econômico de primeiros economistas, que definiam desenvolvimento econômico baseados no bem estar material, no fluxo crescente de bens e serviços, do aumento de nível de rendimento nacional através de um produto *per capita* de forma que cada indivíduo possa consumir mais, por exemplo. A consequência dessa associação - desenvolvimento e crescimento econômico foi a utilização de tais indicadores de crescimento econômico para aferir e qualificar o desenvolvimento dos países. Além, a "promiscuidade" dos dois conceitos se aliou ao conceito de industrialização, convertendo então países industrializados a países desenvolvidos. Outra associação, ao conceito de modernização, definido como substituição das estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento e dos meios rurais e setores econômicos a eles conectados pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento - e dos meios urbanos, setores industriais e dos modos de vida e meios de consumo a eles inerentes. Tal paradigma de modernização teve influência decisiva nas abordagens econômicas, sociológicas, políticas e psicológicas do desenvolvimento dos primeiros tempos do pós Segunda Guerra Mundial, tornando-se perspectiva dominante, sendo o subdesenvolvimento visto como atraso no desenvolvimento. Novos debates foram fomentados pois, o crescimento econômico e tecnológico não ofereceram resultados satisfatórios às diversas desigualdades. Nos anos 70 e 80, o mal estar social, a pobreza nos países mais desenvolvidos justifica a formulação de novo conceito, o de exclusão social. A Conferência de Estocolmo - 1972 evidencia que enormes custos ambientais de modelos de desenvolvimento dominantes precisam de limites, porém crises e diversos mal-estares sociais, políticos, econômicos e ambientais promoveram a renovação do conceito de desenvolvimento, não abordando apenas aspectos econômicos ou crescimento econômico.

ARRUDA (2012) alerta sobre que tipo de desenvolvimento queremos, mas também sobre qual tipo de desenvolvimento não queremos, e o que está em questão é o modo de conceber e de implementar o desenvolvimento. Desenvolvimento de quem? Para quem? São muitos os debates

**ARTIGO**

---

acerca do desenvolvimento, e vários os conceitos: sustentável, local, humano, integrado, comunitário, endógeno, ecodesenvolvimento, entre outros.

AMARO (2004) reflete que desenvolvimento será processo permanente de investigação-ação, em que a investigação se alimenta da ação e vice-versa, pressupondo processo de avaliação permanente.

Em se tratando de desenvolvimento rural sustentável, Costabeber & Caporal (2002, p.3) destacam que "as estratégias orientadas ao desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível)". As seis dimensões podem colaborar no "processo de construção de estilos de agricultura sustentável, sob o enfoque agroecológico" (COSTABEBER & CAPORAL 2002, p.3).

Assim como desenvolvimento, também reflexões sobre economia sofrem novas abordagens, a exemplo da Economia solidária que supõe a desconstrução da concepção habitual do que vem a ser um fato econômico, comumente associado à noção de mercado ou troca mercantil, nos mostrando que é possível pensar em "economia plural", que corresponde à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, admitindo as seguintes economias: mercantil, não-mercantil e a economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação dos bens e ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades, trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais (FRANÇA FILHO, 2008).

O entendimento da economia solidária como sendo iniciativas de natureza associativa ou cooperativista, que envolvem moradores em dado contexto territorial e buscam a resolução de problemas públicos concretos relacionados à sua condição de vida no cotidiano, não exclusivamente econômicos. E, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas, que são construídas ou constituídas em função de demandas reais expressas pelos moradores em seu local. A visão econômica solidária insiste na ideia de uma economia não como um fim em si mesmo, mas como um meio a serviço de outras finalidades: sociais, políticas, culturais, ambientais etc. (FRANÇA FILHO, 2011).

## ARTIGO

---

Segundo o SIES- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, os empreendimentos de Economia Solidária se apresentam como associações, cooperativas, sociedades em comum (antigas sociedades informais e de fato) ou outras formas societárias (MATOS E DIAS, 2011).

Esse trabalho é resultado do projeto de extensão PROEXT/IFPE EDITAL 01/2015 realizado em 2016 denominado: Ações para promoção do desenvolvimento local no Assentamento Bom Jardim, em Barreiros/PE, a partir da implantação de uma cooperativa solidária. Projeto esse de continuidade das ações de extensão desenvolvidas no Assentamento Bom Jardim, desde 2011, através do EDITAL 02/2011 PROEXT/IFPE de implantação de modelo de planejamento turístico de base comunitária. Em 2013, do programa de extensão através do Edital PROEXT MEC/Sesu 2013, que envolvia dois projetos de empreendedorismo, um especificamente para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Em 2014 Edital 02/2014 da PROEXT/IFPE: projeto com finalidade de consolidação do turismo comunitário.

O projeto realizado em 2016, teve como objetivo contribuir com o desenvolvimento local a partir da implantação de cooperativa orientada pela lógica das práticas da Economia Solidária que compreende desenvolvimento como a incorporação das dimensões social, cultural, ecológica e política, além da econômica.

Entre as ações, apresentamos a construção do perfil dos assentados, integrante da elaboração de diagnóstico histórico-cultural do assentamento. Tornou-se necessário traçar o perfil dos assentados para melhor compreensão das possibilidades de ação através dos projetos de pesquisa e extensão, bem como para análise das perspectivas de uma cooperativa solidária. Dentre as características para que a cooperativa possa ser construída atendendo ao perfil solidário.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é apresentar os dados obtidos, a que chamamos de traço do perfil das famílias do assentamento Bom Jardim.

## MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi iniciado em fevereiro de 2016 com reuniões com grupo de assentados através da Associação dos Produtores Rurais de Bom Jardim/ Camarão, em sua sede no assentamento Bom



## ARTIGO

Jardim, para discussão do processo de implantação da cooperativa sob a perspectiva solidária. Entre as demandas levantadas, foi apontado o perfil dos assentados, pela dimensão histórica do assentamento, e inclusive, para melhor compreensão de sua base social. Segundo ARMANI; GONZALES (2000) e ARMANI (2001), conhecer a base social de uma instituição, entre outros parâmetros, nos trará orientações a questionamentos sobre o fortalecimento e o desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade da organização.

Os dados obtidos foram orientados por abordagem qualitativa, de acordo com os objetivos propostos. A pesquisa, realizada através de questionário de entrevistas, e observações durante os diálogos. As entrevistas foram realizadas por três pessoas: Jaqueline Alves, professora colaboradora do projeto, e pelas estagiárias Fabiana Maria da Silva e Joaneide Gonzaga da Silva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, resultado das visitas, de casa em casa, a 30 (trinta) famílias, no período de 19.04.2016 a 23.08.2016. Foram entrevistadas (25) vinte e cinco mulheres e (08) homens. Em alguns casos com a participação do casal - marido e esposa, ou ainda, participaram mãe e filha.

Ressalta-se que considera-se família nesse trabalho, como sendo os moradores da casa. Assim sendo, o total de moradores que compõe as famílias: Três famílias - de 01 pessoa; Oito famílias - de 02 pessoas; Dez famílias - de 03 pessoas; Quatro famílias - de 04 pessoas; Duas famílias - de 05 pessoas; e Três famílias de 07 pessoas. Totalizando - 30 famílias = 96 pessoas. Cinquenta e quatro (54) pessoas do sexo feminino e quarenta e duas (42) do sexo masculino.

Do sexo feminino são vinte (20) pessoas menores de 20 anos e 34 maiores de vinte, sendo 14 com mais de cinquenta anos. Deste grupo todo, 18 frequentam a escola. O grau de instrução geral aponta para apenas 01 pessoa com nível superior, 06 pessoas com segundo grau completo. As pessoas com mais idade mencionaram que assinam nome, nunca estudaram ou estudaram somente séries iniciais 2a, 3a, 4a séries.

Do sexo masculino são (11) onze menores de 20 anos e 28 maiores de vinte, sendo 17 com mais de cinquenta anos. Deste grupo todo, oito (08) frequentam a escola. O grau de instrução geral aponta que nenhum deles possui nível superior, 03 pessoas possuem segundo grau completo. As

**ARTIGO**

peessoas com mais idade mencionaram que assinam nome, nunca estudaram ou estudaram somente séries iniciais 2a, 3a, 4a séries.

O questionamento sobre quem trabalha na casa, obteve-se respostas de que em 09 famílias os maridos é quem trabalham, em 06 famílias é o casal, 04 são os maridos e filhos; e ninguém trabalha pelas razões de desemprego, idade, doença, aposentadoria, ou por receber pensão, e totalizam 11 famílias.

Os homens trabalham em sua maioria na agricultura: nas parcelas próprias, de alguém da família ou de outros, e trabalham "na cana". Dois deles trabalham com gado. As funções de vigilante, pedreiro, motorista, prefeitura e hotel (não foi indicada a função) na proporção de um para cada função.

As mulheres, cinco delas, trabalham nas parcelas. Uma é professora e uma trabalha como serviços gerais. Como principal fonte de renda apresentaram-se as respostas: No corte da cana - mencionada mais vezes (06), aposentadoria (05), Salário do esposo - empregado em outras funções - não agricultura (03), Agricultura na parcela (03), Criação de gado - na parcela (02), pensão e bolsa família (03), Corte de cana-engenho e parcela (02), benefício por doença (01); aposentadoria e parcela (01) trabalhos do marido fora e na parcela, e a resposta de: Salários - agricultura não gera renda - só para manutenção da casa.

Como outras fontes de renda foram apontadas: Bolsa família (10), bolsa família e pensão (03), pensão (02), venda de gado (01) e faz bicos quando aparece (01).

O nível de renda familiar mensal: 14 famílias tem renda mensal até R\$ 800,00; 14 famílias tem renda mensal até R\$ 1.600,00; 02 famílias tem renda de até R\$ 2.400,00. Nenhuma apresentou renda acima desse valor, sendo que uma das famílias respondeu que no inverno atinge renda de até R\$ 800,00 e no verão até R\$ 1.600,00. Uma das famílias trouxe a resposta de: muito menos que R\$ 800,00.

Questionados sobre se a família trabalha na terra: dezoito (18) responderam que sim. Doze responderam que não trabalham. Os motivos para não trabalharem na terra foram: Porque não tem parcela (10); tem parcela mas quem toma conta é o filho, pois não tem condições de saúde para cuidar (1); e a resposta de que só vai à parcela de vez em quando porque não se interessa (1).

**ARTIGO**

Questionados sobre o que produzem na terra, os itens mais apontados foram: macaxeira (14 vezes), gado (10), banana (07), cana (06), milho (05), mandioca (04), batata (03), cria peixes (02), coco (02), coentro (02). Foram apontados uma vez - feijão, maracujá, melancia, abacaxi, caju, feijão verde, capim, cria cavalo e, galinha. Em algumas observações os itens produzidos são para consumo, ou consumo e venda. Nenhum apontou que produz somente para venda.

Como principais dificuldades para a produção foram mencionados: Dificuldades para comprar materiais - adubo, ferramentas (03), Não produz porque não tem terra (03), Renda para poder investir - em produção (02). Demais apontamentos foram: Renda para poder investir - em mão de obra; Renda para poder investir em maquinário; Ter para quem vender; Conseguir mão de obra; Conseguir maquinário - exemplo trator para arar; Não ter mais ninguém para trabalhar com ele, trabalhar sozinho; Falta de adubo; Só produz no inverno para sustento; Escargots = querem ajeitar quintal para plantar hortaliças; Coqueiro alto - coco não é tirado porque não conseguem e acabam perdendo; Área pequena para criação de animais, e para alimentação dos animais; Falta de irrigação; Falta de investimento do INCRA; Não tem muitas dificuldades, falta baia para os animais, precisa de projetos para melhorar a criação; Produz no baixo, no alto - gado, parcela teria que ser maior, na parte alta só dá mais cana, difícil cuidar do gado, alimentação do gado; Trabalhar fora e cuidar dos animais - no tempo de moagem da cana; Plantar mais às vezes não dá, roubam as macaxeiras e ele não pensa mais em plantar, só criar gado; Não produzem praticamente nada, só tem umas canas; Falta de assistência, de movimentar; Não tem dificuldades, ele mesmo cuida dos remédios e vacinas tudo direito, ele mesmo faz; Não tem dificuldades.

Sobre o que gostariam de produzir ou aprender a produzir: graviola, maracujá, cará, inhame, aprender a fazer ração para peixe, beneficiamento de alimentos, criar galinha, verduras, hortaliças, jerimum, batata, cereais, culturas curtas, criar gado e outros, aprender questões de vacinações; seria bom ovelha, mas tem medo pelo roubo; costurar, doces, artesanato.

Sobre sugestões de cursos para os assentados foram mencionados: costura (08) vezes; Cozinhar mais - fazer bolo, doces, compotas, gastronomia, culinária, cozinheira, manipulação de alimentos (06); área agrícola (03); artesanato (03); qualquer curso (03); cabeleireira (02); produção de peixes e filetagem; Beneficiamento de produtos ex. macaxeira cozida, polpa de frutas, - muitos

## ARTIGO

restaurantes querem receber; veterinária; Assistência técnica para cuidado com gado; Produção de verduras; Curso de empreendedorismo e vendas; Não deu sugestão, não sabe (02); Não tem vontade de estudar; Escola geral - para não ter que ir a Barreiros, assistência médica.

Os assentados, de maneira geral vivem em Bom Jardim há muito tempo. Mais velhos e mais novos, em sua maioria nasceram ali. Algumas famílias vivem há muito tempo, mas vieram de outros engenhos da região, como: Costa Dourada - Conceição, Engenho Carassu, Engenho Melo de Alagoas, Engenho Santo Antonio, Boa Esperança - vizinho de Três Marias de Barreiros, Engenho Limeira, Camocim, Nova Aurora, Camarão. Também moradores de Barreiros e de Rio Formoso.

Ao questionar sobre o que significa para a família viver no assentamento, de maneira geral foram apresentados aspectos positivos: custo de vida melhor, menos violência, vizinhos bons, gosta de trabalhar na terra, clima, qualidade de vida, não quer ir para a rua (morar na área urbana), gosta demais por ter água e energia, tinha sonho de viver na zona rural e outros. Um aspecto apresentado também foi a existência da Igreja, nesse caso a Assembléia de Deus.

No aspecto religioso, do total de 30 famílias entrevistadas, 26 são da Assembléia de Deus, 03 católicas e apenas 01 disse não ter religião.

## CONCLUSÕES

Diante dos dados apresentados, traçando caminhos e passos para a análise do perfil apresentado, observa-se convergências entre possíveis análises, ao considerarmos as perspectivas de desenvolvimento institucional, economia solidária e desenvolvimento rural sustentável. A convergência se dá na busca da tradução para a prática, de estratégias e práticas mais sustentáveis, neste caso apontando para a agroecologia como ponto de convergência.

O desenvolvimento institucional, pois aborda os aspectos internos e externos de organizações da sociedade civil, aqui, de uma cooperativa. Traz a análise da sustentabilidade da instituição e de suas práticas. Entre os aspectos, sua base social, a causa que defende, sua missão, questões organizacionais, identitárias, de pertencimento, relações interinstitucionais, entre outros (ARMANI, 2000/2001).



**ARTIGO**

SOUZA(2011) nos esclarece sobre as dimensões da economia solidária que nos cabe para refletir sobre o processo de implantação da cooperativa sugerida, sendo: a) Dimensão econômica: através da construção de estratégias de produção, beneficiamento, comercialização e consumo, organização, estruturação de redes e cadeias e outros; b) Dimensão social, que representa melhoria das condições de vida, acesso ao trabalho, aumento de renda, construção de igualdade de gênero, raça, etnia e geração, recriação das relações humanas – no atual contexto de apatia social e individualismo; c) Dimensão política: tais como o aumento da capacidade organizativa, conquista da cidadania, ampliação da participação comunitária e fortalecimento da solidariedade, acesso a recursos e lutas pela reforma agrária e urbana; d) Dimensão ecológica: Cuidado com a sustentabilidade ambiental e uso de tecnologias apropriadas às iniciativas produtivas (valorização da agroecologia, manutenção da biodiversidade, denunciando o consumismo, promovendo a defesa e cuidado com o planeta Terra); e) Dimensão cultural, tais como, resgate da história, valorização do saber popular, da cultura e das potencialidades locais.

COSTABEBER & CAPORAL (2002), ao considerarem o desenvolvimento rural, apresentam estratégias orientadas à construção do desenvolvimento rural sustentável (DRS), que são as dimensões: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. A ética apresenta-se considerando que "qualquer contrato ecológico deverá vir acompanhado de respectivo contrato social" e requer o fortalecimento de princípios e valores que expressam uma ética da solidariedade. Como alternativas para o desenvolvimento rural sustentável são apresentados o enfoque agroecológico e a agricultura familiar. A agroecologia "corresponde a um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e agricultura sustentáveis".

CAPORAL & COSTABEBER (2002) nos alerta que agroecologia venha sendo confundida como um modelo de agricultura ou produto ecológico, causando reducionismo de seu significado.

Não se trata aqui de esgotar os questionamentos, e sim suscitá-los. Objetiva-se analisar o perfil apresentado, apresentar as implicações para a comunidade considerando-se as abordagens do desenvolvimento institucional para considerações sobre a associação existente e sobre a cooperativa que se implanta.; dimensões solidárias apresentadas pela pesquisa; implicações sobre o

**ARTIGO**

desenvolvimento rural sustentável e, além, observar a agroecologia, estudos e práticas, como estratégia, como mote para a continuidade de projetos de extensão no assentamento Bom Jardim.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Yvon Bezerra. **Memórias barreirenses**. Recife: Edição do autor, 2007.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria**. I.S.C.T.E. Lisboa, 2004.

ARMANI, Domingos; GONZALES, Roberto. **Concepções e práticas de desenvolvimento institucional na Rede PAD: relatório da Sistematização Nacional sobre DIDO**. PAD - Processo de Articulação e Diálogo. Porto Alegre: [s. n.], 2000.

ARMANI, Domingos. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Aids e Sustentabilidade: sobre as ações as organizações da sociedade civil/Coordenação Nacional de DST e Aids**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

ARRUDA, Marcos. **Desenvolvimento integral: sentido profundo da economia e da vida**. In: ABONG: Por um outro desenvolvimento, 2012.

CAPORAL, Franciso Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002.

COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Texto base da palestra proferida pelo primeiro autor durante o "I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenv. Rural Sustentável", realizado no Auditório do Centro de Ciências Rurais, UFSC, Santa Maria, RS, 02 a 03.12.2002. Versão ligeiramente modificada deste texto foi publicada por: Costabeber, J. A.; Caporal, F. R. "Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável". In: Vela, Hugo.

(Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **A via sustentável solidária no desenvolvimento local**. *Revista Organizações & Sociedade (O&S)*. Salvador: EAUFBA, v.15, n.45, p.219-232, abr./jun. 2008.



**ARTIGO**

---

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Economia Solidária: Fundamentos e Contexto**. In: BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011. 164 p.

MATOS, Igor Loureiro de; DIAS, Gabriela da Luz. **Aspectos jurídicos dos empreendimentos de economia solidária**. In: BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011. 164 p.

SOUSA, Plínio Guimarães de. **Complexo Turístico Imobiliário “The Reef Club” em Barreiros-PE: implantação, desenvolvimento e transformações socioambientais**. 187 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA/UFPE. Recife, 2010.

SOUZA, José Carlos Moraes. **Economia Solidária e Desenvolvimento**. In: BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011. 164 p.